

TERMO DE QUITAÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR

01 CNPJ / CEI 02.879.250/0006-83	02 Razão Social / Nome ATENTO BRASIL S/A
-------------------------------------	---

TRABALHADOR

10 PIS / PASEP 213.16943.15.3	11 Nome 1384550 PAMELA GOMES ALEXANDRE		
17 CTPS (nº,série,UF) 00078613 - 00461 - SP	18 CPF 453.852.718-10	19 Data de Nascimento 28/01/2003	20 Nome da Mãe CONCEICAO APARECIDA GOMES ZACARIAS

CONTRATO

22 Causa do Afastamento

Rescisão contratual a pedido do empregado

24 Data de Admissão 05/04/2021	25 Data do Aviso Prévio 15/02/2022	26 Data do Afastamento 15/02/2022	27 Cód. Afast. SJ1	29 Pensão alimentícia (%) (FGTS) 0,00
-----------------------------------	---------------------------------------	--------------------------------------	-----------------------	--

30 Categoria do trabalhador

01 - EMPREGADO

Foi realizada a rescisão do contrato de trabalho do trabalhador acima qualificado, nos termos do artigo nº 477 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A assistência à rescisão prevista no § 1º do art. nº 477 da CLT não é devida, tendo em vista a duração do contrato de trabalho não ser superior a um ano de serviço e não existir previsão de assistência à rescisão contratual em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho da categoria a qual pertence o trabalhador.

No dia 22/02/2022 foi realizado, nos termos do art. 23 da Instrução Normativa/SRT nº 15/2010, o efetivo pagamento das verbas rescisórias especificadas no corpo do TRCT, no valor líquido de R\$ 1.566,92, o qual, devidamente rubricado pelas partes, é parte integrante do presente Termo de Quitação.

Sao Bernardo Do Campo, 15 de fevereiro de 2022.



150-Assinatura do Empregador ou Preposto
Marcio Reis Teixeira da Silva - RG: 2941330-21

Amanda Amelio de Mattos
ADM Pessoal
RG: 34.696.608-5
Atento Brasil S/A.

151 - Assinatura do Trabalhador

152 - Assinatura do Responsável Legal do Trabalhador

156 Informações a CAIXA:

A ASSISTÊNCIA NO ATO DE RESCISÃO CONTRATUAL É GRATUITA.

Pode o trabalhador iniciar ação judicial quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho (Inc. XXIX, Art. 7º da Constituição Federal/1988).